

O caráter da colonização das Américas *os tropeços de Ronald L. Núñez*

Mário José Maestri Filho¹ 
Universidade de Passo Fundo, UPF

Resumo: O presente artigo empreende crítica do ensaio, do sociólogo Ronald L. Núñez, em que empreende tentativa de recuperação da proposta de Nahuel Moreno, de 1948, de colonização americana capitalista, desde a *Descoberta*. Aborda sinteticamente a polêmica do “passado capitalista” versus “passado feudal” da América Latina e de sua superação. Conclui com a análise da impugnação do autor da categoria “escravismo colonial”.

Palavras-chave: América Latina; Feudalismo & Capitalismo; Escravidão Colonial.

The character of the colonization of the Americas Ronald L. Núñez's stumbles

Abstract: This article criticizes the essay, by the sociologist Ronald L. Núñez, in which he attempts to recover Nahuel Moreno's 1948 proposal of capitalist American colonization since the Discovery. It synthetically approaches the polemic of the “capitalist past” versus the “feudal past” of Latin America and its overcoming. It concludes with an analysis of the author's challenge to the category “colonial slavery”.

Keywords: Latin America; Feudalism and Capitalism; Colonial Slavery.

El carácter de la colonización de las Américas los tropiezos de Ronald L. Núñez

Resumen: Este artículo critica el ensayo, del sociólogo Ronald L. Núñez, en el que intenta recuperar la propuesta de 1948 de Nahuel Moreno sobre la colonización capitalista americana desde el Descubrimiento. Aborda sintéticamente la polémica del “pasado capitalista” versus el “pasado feudal” de América Latina y su superación. Concluye con un análisis del desafío del autor a la categoría “esclavitud colonial”.

Palabras-clave: América Latina; Feudalismo y Capitalismo; La esclavitud colonial.

¹ Doutor em Ciências Históricas pela Université Catholique de Louvain, Bélgica, Historiador, Professor colaborador do Programa de Pós Graduação em História – PGH – da Universidade de Passo Fundo, UPF, Rio Grande do Sul, e-mail: maestri1789@gmail.com.

1 AMÉRICA LATINA, FEUDALISMO & CAPITALISMO, ESCRAVISMO COLONIAL

Em 2011, causou-me expectativa a publicação de *Revolución y genocídio: El mal ejemplo de la independencia paraguaya y su destrucción*, que prometia analisar de uma ótica marxista a formação social paraguaia e o grande conflito sul-americano. O autor, Ronald L. Núñez, jovem sociólogo paraguaio, dedicara o livro à Liga Internacional dos Trabalhadores-Quarta Internacional, a qual pertencia, fundada pelo militante argentino Nahuel Moreno (1924-1987). (NÚÑEZ, 2011.) Explico minha curiosidade. Em 2008, iniciara, em um viés marxista, vasto projeto de investigação, sobre a Guerra da Tríplice Aliança, finalizado em 2018. Visitei amiúde o país, suas bibliotecas e arquivos, conheci excelentes historiadores paraguaios.

A decepção foi grande. Era ensaio escrito para o II Centenário da Independência do Paraguai, em 2011, a partir de revisão bibliográfica limitada e apressada. Abundavam as referências a Trotsky e escasseavam as de clássicos sobre o tema. Sequer se citavam marxista-revolucionários como os argentinos Enrique Rivera e Milcíades Peña. (RIVERA, 2007; PEÑA, 1975.) Repetiam-se as fantasias da historiografia patriótica paraguaia sobre a magnificência do Paraguai, desde a Independência: industrialização metalúrgica e têxtil acelerada e pioneira; construção de pontes, estradas, navios, iluminação e pavimentação urbana, etc.

Ignorava-se o limitado desenvolvimento das forças produtivas em país agrário-camponês. Propunha-se uma nação de “economia quase totalmente planificada” e “burguesia” paraguaia “autônoma” e “claramente progressista”. Ela dirigiria o país, associada a Solano López, em direção ao “capitalismo industrial”, até ser interrompida pela “burguesia monopolista inglesa”. Seguindo a vulgata nacional-patriótica e os ideólogos stalinistas paraguaios, ignorava-se o protagonismo dos camponeses —*chacareros*—, em favor de “burguesia nacional” inexistente, na ausência de qualquer núcleo industrial e de um proletariado. (MAESTRI, 2015.) Em resenha, discuti os lapsos historiográficos e o chauvinismo burguês proposto como leitura marxista-revolucionária — “Paraguai: Revolução e genocídio: o mau uso da história”. (MAESTRI, 2012.)

2 DEZ ANOS MAIS TARDE

O lançamento de *A Guerra contra o Paraguai em debate*, daquele autor, despertou minha curiosidade sobre a evolução do agora autor maduro e doutor em história pela USP. O título trai um pouco o conteúdo. Não se trata de texto unitário, mas de artigos consolidados, publicados na revista *Marxismo Vivo*, da LIT-QI, à qual pertence também a Sundermann, que publica os livros de Ronald León Núñez (desde agora RLN). (NÚÑEZ, 2021.) O livro possui seis capítulos. O primeiro aborda tema referencial para a historiografia marxista — “O caráter da colonização europeia (das Américas)”. Debate que esmoreceu com a vitória da maré contrarrevolucionária mundial dos anos 1990. Porém, sobre ele, dispomos de valiosos estudos.

O primeiro capítulo é interpretação autônoma, em relação ao tema do livro, na qual o autor propõe análise conclusiva. Portanto, analisamos esse capítulo em forma isolada, vista a importância do assunto. Deparamo-nos, como em 2011, com iguais incompreensões do marxismo, bibliografia pobre, muitas citações de Marx, Engels e Trotsky e um ensurdecido silêncio sobre autores referenciais. A grande surpresa foi que o objetivo do autor não era avançar a discussão, mas recuperar *in extremis* as teses de 1948, de Nahuel Moreno, Hugo Miguel Bressano Capacete, na pia batismal, — “Cuatro tesis sobre la colonización española y portuguesa en América”. Moreno é referência magna das organizações políticas da LIT-QI, por ele fundada. Para tal, RLN regride ao estágio da discussão em 1960-1970, em uma estranha análise *vintage*.

3 UM FALSO DEBATE: PASSADO FEUDAL VERSUS PASSADO CAPITALISTA

Desde os anos 1930, o movimento comunista foi atado ao cepo stalinista. A partir dos Processos de Moscou (1936-38), multidões de bolcheviques foram eliminados quando do assalto da burocracia ao poder político na URSS. (BROUÉ, 1964.) Os frágeis partidos comunistas latino-americanos enquadraram-se às orientações da Internacional Comunista desnaturada. Nos países coloniais, semi-coloniais e capitalistas atrasados, os trabalhadores deviam submeter-se às “burguesias nacionais”, “industrialistas”, “progressistas” e “anti-

imperialistas”. Através da “revolução por etapas”, superariam as propostas supervivências semi-feudais com a construção de sólidas economias capitalistas. Apenas em uma “segunda etapa”, lutaria-se pelo socialismo. Com essa orientação, desinteressada na revolução mundial, a burocracia da URSS pretendia impossível colaboração com capital internacional. (FRANK: 1979.) Esse colaboracionismo facilitou a hegemonia dos trabalhadores pelo populismo e nacional-desenvolvimentismo — varguismo, peronismo, aprismo, etc.

Após a Revolução de 1905, León Trotsky e Aleksandr Parvus defenderam que a fragilidade-pusilanimidade da burguesia russa deixara nas mãos dos trabalhadores a realização das tarefas democráticas, necessariamente associadas às socialistas — “revolução permanente”. Nas Teses de Abril, V. I. Lenin abraçou esta orientação e a necessidade de assalto imediato ao poder, após três meses apenas de democracia burguesa na Rússia. (TROTSKY, 1963; ZVETEREMICH, 1988; LENIN, 1917.) Inicialmente, a oposição ao colaboracionismo stalinista reduzia-se a pequenas organizações anarquistas, marxistas e sobretudo marxista-revolucionárias (trotsquistas). As últimas perseguidas duramente pela burguesia e pelo stalinismo. (ABRAMO & KAREPOVS, 1984; LEOL, 2003; FRANK, 1973.) Após a II Guerra Mundial, dizimada, a IV Internacional, sem sequer um dirigente referencial dos anos 1920 e 1930, conheceu processo de dispersão-confusão ensejado pelo contexto adverso e pela dificuldade de se inserir no movimento real dos trabalhadores. O que geraria as *derrapagens pablistas, posadistas, mandelistas, lambertistas, morenistas*, etc. (DESPALIN, 1980; 159; CRAIPEAU, 1977; MARIE, 1981; MAITAN, 2006; FRANL, 1978.)

Na América Latina, com o enfraquecimento do stalinismo (1956: denúncia dos crimes de Stálin) e crescimento da industrialização e do proletariado, sobretudo no Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, Venezuela e México, fortaleceram-se ensaios de defesa do programa socialista e de crítica da “revolução por etapas”, por intelectuais e pequenas organizações políticas. A caracterização da colonização foi destacado campo do confronto político-ideológico. O comunismo *moscovita* defendia o caráter feudal das antigas formações sociais latino-americanas e, no século 20, suas supervivências. A revolução daria-se segundo a “revolução por etapas”: primeiro, sob direção da “burguesia nacional-industrialista” para apenas após lutar pelo socialismo, como vimos. Ajeitavam-se o passado e o presente às políticas colaboracionistas. (PRESTES, 2015: 155.)

A crítica de *esquerda* ao etapismo não retomou as propostas de Trotsky e de Lênin de associar as tarefas democrático-burguesas e socialistas, sob a direção dos trabalhadores. Ao contrário, embretou-se na mesma *trilha* sem saída do reformismo, apenas em direção oposta, retocando também a história, em *favor* do programa socialista. Propôs o “caráter capitalista” das Américas desde o desembarque dos *conquistadores*. Igualmente com leitura de cunho sociológico e escassas referências à história. Uma análise abstrata sobre uma situação abstrata. A polêmica devia-se à proposta stalinista da necessidade de todas as formações sociais transitarem pelas cinco etapas (modos de produção) propostos por Marx e Engels quando da análise do mundo europeu — comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo, socialismo. Ambas interpretações respeitavam aquela leitura mecanicista. A defesa de passado feudal exigia chegar à etapa capitalista, para lutar pelo socialismo. A da origem capitalista desde sempre, que se passasse imediatamente à etapa seguinte, a luta pelo socialismo.

No Brasil, entre outros, defenderam o feudal-etapismo intelectuais pecebistas como Astrogildo Pereira (1890-1965); Octávio Brandão (1896-1980); Passo Guimarães (1908-1993); Néelson Werneck Sodré (1911-1999). Os paladinos do capitalismo desde sempre foram o sociólogo argentino Sérgio Bagú (1911-2002); o teuto-estadunidense André Gunder Frank (1929-2005); os brasileiros Ruy Mauro Marini (1932-1997) e Caio Prado Júnior (1907-1990), que propunham orientação capitalista na colonização e negava o programa socialista. Marxistas-revolucionários argentinos como Luis Vitale (1923-2010), radicado no Chile, Milcíades Peña (1933-1955) e Nahuel Moreno (1924-1987) abraçaram essa visão do capitalismo americano originário. (MAESTRI, 2019.)

A leitura de passado capitalista apoiava-se na orientação mercantil e busca do lucro dos colonizadores, desde que puseram o pé no Novo Mundo. Característica estranha ao feudalismo e que seria própria e exclusiva ao capitalismo. Entretanto, essa interpretação não nascera na *esquerda*. Em 1937, em forma pioneira, em *História econômica do Brasil*, o brilhante economista burguês Robert C. Simonsen (1889-1948), negara o “aspecto feudal do sistema (luso-brasileiro) das donatárias”, devido à “orientação capitalista de colonização que buscava lucro”. Ele apoiava-se em Max Weber, que propusera capital comercial e capitalismo na Antiguidade. (SIMONSEN, 1977; WEBER, 1982.)

4 MÚLTIPLOS MODO DE PRODUÇÃO

O caráter semi-talmúdico do debate sobre a *posição* das formações americanas quanto aos *cinco estágios necessários* devia-se também ao atraso das ciências sociais marxistas. O enfraquecimento da hegemonia stalinista permitiu a discussão sobre as múltiplas linhas evolutivas e modos de produção conhecidos pela humanidade, além dos assinalados por Marx-Engels para a evolução europeia, avançando as investigações sobre as formações africanas, asiáticas, americanas. A legitimação do “modo de produção asiático”, esboçado pelos fundadores do marxismo, deu partida no debate. (SOFRI, 1978; PETIT, 1986.) Em 1960, o «Centre d'études et de recherches marxistes», fundado pelo Partido Comunista Francês, abraçou aquela discussão. (CERM, 1974.) Na América Latina, importantes contribuições acadêmicas tiveram escassa repercussão, não apenas devido à situação política do continente — o Brasil vivia sob regime ditatorial (1964-1985). (ASSADOURIAN, 1973.) Em geral, nos partidos *marxistas*, à esquerda e à direita, a discussão foi mantida nos quadros stalinistas das cinco etapas necessárias.

Milcíades Peña escreveu magnífica história crítica da formação social argentina — ele se suicidou, em 1955, aos 32 anos, devido à depressão crônica. (PEÑA, 2012.) O jovem marxista-revolucionário abraçou a tese do “capitalismo desde sempre”, antes da retomada do debate marxista, apenas assinalado. No texto citado, de 1948, sem a riqueza de Peña, sem maior investigação factual, afastado do método marxista, Nahuel Moreno generalizou e radicalizou aquela tese. “La colonización española, portuguesa, inglesa, francesa y holandesa en América, fue esencialmente capitalista.”

Moreno viveu até 1986, sem corrigir aquela avaliação, propondo, sem razão, ter sido um “dos primeiros, senão o primeiro”, a negar a colonização feudal e a defender a colonização capitalista. (RLN, 2021: 34.) A produção de Peña, nos seus limites e grandes qualidades, segue sendo leitura incontornável. Desqualificada por sua inconsistência geral, as propostas de Moreno são sustentadas quase apenas por militantes ortodoxos do grupo internacional por ele criado. De questão teórica, tornou-se ato de fé.

5 INDISCUTIVELMENTE CAPITALISTA

Nahuel Moreno adapta a realidade histórica às suas propostas políticas. Nas “Cuatro teses”, explica a crise colonial, não pelo atraso, mas pelo “importante desenvolvimento capitalista ocorrido no Império Espanhol no fim do século XVIII”, que se houve, ninguém viu. Tese abraçada por RLN que, no seu texto, apresenta citações de Milcíades Peña, León Trotsky e Karl Marx que apontam em sentido contrário ao proposto por Morena — defendem o atraso feudal-mercantil espanhol e de sua burguesia incapaz de promover a industrialização. (RLN, 29-33.)

Era arbitrariedade, para a epistemologia marxista, e duplamente desnecessário, recuar a caracterização capitalista para o período colonial e pós-colonial. Desde os 1950, quando se estabelece a polêmica “feudalismo x capitalismo”, as principais formações latino-americanas conheciam, em forma indiscutível, organizações sócio-econômicas capitalistas dominantes, mesmo subsistindo relações dependentes pré-capitalistas. Portanto, aquela discussão era irrelevante na definição do caráter da revolução latino-americana e desconsiderava as propostas de Trotsky, em 1905, e de Lênin, em 1917, sobre a tarefa do proletariado de cumprir as tarefas democráticas, no contexto de revolução socialista.

Era uma ironia da história que intelectuais moscovitas e colaboracionistas, propondo relações-sopervivências feudais para a América Latina, apontaram com razão a improcedência da defesa de colonização capitalista de colônias americanas, por nações ibéricas de formação feudal-mercantilista. Em 1963, em *Quatro séculos de latifúndio*, Passos Guimarães lembrava. “Percebe-se o conteúdo apologético dessa concepção errônea, pois com ela se admite que o sistema colonial, em vez de transportar para o território conquistado os elementos regressivos do país dominante (...) selecionaria os fatores novos determinantes da evolução social e deles se serviria para fundar (...) sociedade de um tipo mais avançado que as metropolitanas.” (GUIMARÃES, 2005: 36.)

Moreno propusera que as intenções da colonização seriam “capitalistas (...): organizar la producción y los descubrimientos para efectuar ganancias prodigiosas y para colocar mercancías en el mercado mundial.” (RLN, 2021:35.) Definia como capitalistas, desde os primórdios, a colonização e as formações sociais ibéricas pelos *objetivos e orientações mercantis*.

E não interpretava o mundo americano, segundo o método marxista, a partir do desenvolvimento das *forças produtivas materiais* e de suas *relações sociais de produção*. O que exigiria estudo detido das formações sociais das grandes áreas coloniais. O que jamais o fez.

Apoiado na economia política marxista, Passos Guimarães impugnava também com razão essa dedução, recordando que a orientação e a produção para a venda eram “peculiares, em proporções crescentes, a toda a longa história vivida pela economia mercantil (...)”. E se tivéssemos como parâmetros os “fenômenos inerentes à circulação”, ele lembrava, teríamos de aceitar a “igualdade entre todos os sistemas sociais por que passou a Humanidade”, desde o fim da “vida primitiva”. (GUIMARÃES, 2005: 41.)

Em texto de 1971, “Feudalismo y capitalismo en America Latina”, o argentino Ernesto Laclau (1935-2014) realizou arrasadora crítica da tese “capitalista desde sempre”, mantendo, entretanto, também, a defesa do feudalismo em regiões da América Latina. Como Ernest Mandel, ele lembrava que o comércio mundial precedeu a produção capitalista embrionária, apresentando-se timidamente nos primórdios da civilização. (MANDEL, 1962: 36, vol.1; LACLAU, 1973: 23-49.)

Os sistemas proto-mercantis e mercantis praticaram a circulação e a troca de bens, por comércio (moeda) e por escambo (troca), sem modificarem, necessariamente, no geral, os modos de produção das sociedades que produziam e entregavam *mercadorias* e *compravam* os objetos postos à troca-venda. Os *brasis* escambaram por décadas bens americanos (pau-brasil, peles, animais, etc.) por *mercadorias* europeias (machados de ferro, cunhas, facas, etc.), sem modificar no essencial as suas economias aldeãs. Apenas a produção-exportação de mercadorias industriais desorganizava as comunidades pré-capitalistas com as quais se relacionava. (MAESTRI, 2013; MARCHANT, 1980.)

Era disparate propor colonização capitalista, desde o Quinhentos, sem produção capitalista, burguesia industrial, trabalhadores assalariados, mercado de trabalho livre, desenvolvimento das forças produtivas. A tentativa de superação desse paradoxo motivou adjetivações diversas e fantasiosas das categorias marxistas que não se acomodavam àquela definição. Para Peña, na América Latina, a classe colonial produtora para o mercado internacional conhecia um “capitalismo **colonial**”. (PEÑA, 1973: 87: destacamos.) Moreno extrapolou inventando um “capitalismo mediterrâneo”, semi-feudal e não manufatureiro.

“El capitalismo mediterráneo, impregnado de aristocratismo y formas feudales, tiene un carácter comercial, usurario, local e internacional en oposición al del noroeste de Europa, que lo tiene manufacturero y nacional.” (MORENO 1948.) Violentando a história, definia de capitalistas as classes feudais e mercantilistas ibéricas. Com um capitalismo industrial e outro não industrial, tornava ininteligível a história da gênese do capitalismo europeu.

Não encontrando uma “burguesia colonial” americana, nos tempos coloniais, equivalente ou próxima à europeia, recorreu-se, outra vez, à fantasia, sempre com o comércio como definidor do caráter capitalista das sociedades coloniais e pós-coloniais. No Plata, apontou-se, como Prometeu colonial, a oligarquia comercial nativa — “burguesia comercial. Abraçava-se, para o passado, a proposta colaboracionista de “burguesia” progressista”, do presente.

No Brasil, Florestan Fernandes definiu núcleo “progressista” de fazendeiros escravistas do “oeste paulista” como promotor do fim da escravidão, do início da industrialização e agente “humano nativo” da revolução burguesa. Para essas propostas, o motor da história encontraria-se nas classes dominantes e não nos explorados. (FERNANDES, 1981.) Em elogio à classe dominante, Moreno generalizou para toda a América Latina a existência de “burguesia terrateniente” progressista, anterior e precursora à gênese de burguesia manufatureira e fabril. “(...) esta producción capitalista originó desde el comienzo de la colonización una clase capitalista autóctona, independiente de los comerciantes y de la burocracia, los burgueses terratenientes.” Uma “clase burguesa mucho más progresiva que la burguesía comercial compradora”. (MORENO, 1948.)

A fantasia excedeu-se na produção de sucedâneo para o proletariado manufatureiro e industrial, imprescindíveis à produção capitalista, em mundo colonial e pós-colonial que explorou *índios encomendados* e *administrados*; *gauchos* enganchados; nativos e africanos escravizados, etc. Em proposta dualista, definiu-se produção capitalista, na *esfera da circulação*, dominante e indutora, apoiada em trabalho escravizado, semiservil e servil, na esfera da produção, dominada e determinada. Um animal estranho, de cabeça capitalista, e braços e pés escravistas!

6 LARANJA DE MACIEIRA PARA FAZER MARMELADA

Moreno *salta* essa contradição insolúvel com hibridismo *sui generis*: “Es así como los colonizadores para poder explotar capitalísticamente a América se ven obligados a recurrir a relaciones de producción no capitalistas: la esclavitud o una semi-esclavitud de los indígenas.” E segue, sem enrubescer: “Producción y descubrimientos por objetivos capitalistas; relaciones esclavas o semi-esclavas (sic); formas y terminologías feudales (al igual que el capitalismo mediterráneo) son los tres pilares en que se asentó la colonización de América”. (MORENO, 1948; RLN, 35.) O *contradictio in terminis* de capitalismo produzindo com relações pré-capitalistas de produção apoiou-se comumente em referência de Marx à exploração escravista colonial, que a negava peremptoriamente. “En la segunda clase de colonias las plantaciones, que son desde el momento mismo de crearse especulaciones comerciales, centros de producción para el mercado mundial existe un régimen de producción capitalista, **aunque sólo de un modo formal**, puesto que la esclavitud de los negros excluye el libre trabajo asalariado, que **es la base sobre la que descansa la producción capitalista.**” (MARX, 1973: 331, T. II, destacamos)

Não nos deteremos nas incorreções histórico-metodológicas que apoiavam a proposta de ordem feudal no passado e de seus resquícios no presente. No Brasil, por exemplo, os fazendeiros sesmeiros, pretensos senhores feudais, detinham a posse alodial da terra — podiam vendê-la, doá-la, alugá-la, etc. E não havia glebas *servis*, mas exploração homogênea de latifúndios orientados para o mercado mundial e, muito secundariamente, regional. E inexistiam servos no Novo Mundo. Os defensores dessas interpretações mergulharam também no hibridismo. Para Passos Guimarães, no Brasil, a ausência de servos da gleba obrigara à regressão “ao escravismo (clássico) (...)” (GUIMARÃES, 2005: 36.) Portanto, em um caso, os escravizados sustentavam a produção capitalista e, no outro, a produção feudal. Deduzia-se, assim, de presuntas relações superestruturais, singular produção feudal sem servos da gleba, sem parcelas *servis*, orientada para a mercantilização.

De um lado, intelectuais *moscovitas* inventavam dominância do *feudalismo colonial* desde a *Descoberta*, sem servos, para impugnar a luta pelo socialismo. Do outro, para promovê-la, propunha-se fantasioso “capitalismo colonial”, sem operariado. Em ambos casos, ignoravam-se as forças produtivas materiais, as relações de produção, os modos de produção

dominantes e dominados, base das formações sociais. Entretanto, impõe-se importante pergunta: a tese de capitalismo, desde o século 16, mesmo fantasiosa, não teria contribuído à luta pelo socialismo? A resposta é: não! No melhor dos casos, os defensores da vertente capitalismo desde sempre seriam os “bem-intencionados” que pavimentam o “caminho do inferno”, segundo Marx.

A definição de capitalista das formações americanas originais supunha evolução histórica apenas quantitativa e jamais qualitativa, do século 16 ao século 20, em espaços sociais no essencial homogêneos. Aquela verdadeira filosofia da história negava o “dinamismo evolutivo das sociedades históricas reais”. (COQUERY-VIDROVITCH, 1980.) Tornava desnecessária a interpretação acurada das sociedades americanas, para a sua transformação. Ignoravam-se as evoluções e revoluções histórico-sociais ocorridas, já que um capitalismo, desde sempre, negava a singularidade do processo histórico da gênese do proletariado e das formações capitalistas consolidadas no século 20.

7 O ESCRAVISMO COLONIAL — ENSAIO APRESSADO DE DESCONSTRUÇÃO

No contexto referido dos anos 1960, abriu-se espaço para a legitimação científica do “modo de produção asiático” e para a investigação dos múltiplos modos e formas de produção conhecidos pelas sociedades não-européias, com destaque para a África Negra pré-colonial — modo de produção doméstico, de linhagem, tributários, etc. Por razões diversas, avançou em forma menos ampla a mesma investigação sobre as formações pré-coloniais e coloniais americanas — comunidades maias, incaicas, *encomienda*, escravismo colonial, etc. (ASSADOURIAN, 1973; SORIANO, 1981; MURRA, 1980.) Essa discussão conheceu refluxo geral com a vitória histórica da contra-revolução capitalista em fins dos anos 1980.

No Brasil, a consciência do caráter escravista da sociedade luso-brasileira e brasileira, de 1530 até 1888, ensejou a superação do impasse feudalismo-capitalismo. Essa realidade que hoje nos salta aos olhos, era obliterada por múltiplos entraves políticos-ideológicos. Uma plêiade de estudiosos, sobretudo marxistas, contribuiu para a lenta maturação da consciência

do passado escravista no Brasil. Nesse processo, destacaram-se os dois trabalhos de Gilberto Freyre, de 1933 e 1935, propondo entretanto uma escravidão brasileira pseudo-patriarca. (FREYRE, 1969, 1996.)

As leituras germinais de Benjamin Péret, em 1956, trotskista francês e ex-militante da Liga Comunista Internacionalista, e de Clóvis Moura, militante do PCB e, a seguir, do PCdoB, em 1959, registraram a centralidade dos trabalhadores escravizados no período pré-1888. (MOURA, 1959; PÉRET, 2002.) Entre outros, avançaram aqueles conhecimentos, os trabalhos de: J. Stanley, de 1961; de Emília Viotti da Costa, de 1966; de Manuel Correia de Andrade, de 1965; de José Alípio Goulart, de 1971; de Décio Freitas, de 1973; de Suely Robles Reis de Queiroz, de 1977 etc. (MOURA, 1959; PCOSTA, 1982; GOULART, 1971, 1972; FREITAS, 1978; STANLEY, de 1961; ROBLES, 1977.)

O caráter escravista colonial da antiga formação social do Brasil foi definido, claramente, por Ciro Flamarión Cardoso, em 1971, e, sobretudo, por Jacob Gorender, em 1978. Nessa leitura teve grande importância o livro, *Economia política da escravidão colonial*, de 1961, de Eugene Genovese (1930-2012), então historiador marxista estadunidense, que participou da consolidação da visão marxista da multiplicidade de modos de produção — (CARDOSO, in: ASSADOURIAN, 1973; GORENDER, 1985; GENOVESE, 1976.)

Militante desde a juventude, Jacob Gorender rompeu com o PCB e participou da fundação do PCBR, em 1968. Pensador brilhante, erudito e profundo conhecedor do marxismo, insatisfeito com as análises do passado brasileiro e de ruptura com o reformismo-stalinismo, empreendeu investigação estrutural da formação social brasileira. Em 1978, concluiu e publicou, ainda sob a ditadura, densa tese, de enorme repercussão acadêmica — *O escravismo colonial*. Ela surpreendeu a militância de esquerda, que em geral sequer compreendeu a razão e pertinência do tema. A tese de Gorender impulsionou a discussão sobre os modos de produção no Brasil. Em 1981, publicavou-se a obra coletiva “Modos de produção e realidade brasileira”. (LAPA, 1981)

8 REVOLUÇÃO COPERNICANA

O escravismo colonial realizava o que defini como “revolução copernicana”, negando e superando, a partir de refinada interpretação marxista, em circunstanciada análise histórica e categorial-sistemática, o impasse feudalismo-capitalismo. Sua crítica da economia política da escravidão colonial colocava “escravizados e escravizadores” como contradição central da organização social do Brasil pré-1888 e o trabalhador escravizado como seu demiurgo. (MAESTRI, 2005.) Em defesa passadista das propostas já caquéticas de Moreno, de 1948, RLN ensaia, em poucas páginas, caricatura de impugnação do “modo de produção escravista colonial”. Nelas, registra desconhecimento sobre a antiga formação social do Brasil e permite a suspeição de que se leu algo de *O escravismo colonial*, leu pouco e mal. Registra-se que o verdadeiro *verdugo* do “escravismo colonial” e de seu autor, cita, em 2021, a primeira edição daquela tese, de 1979, ignorando a quarta, de 1985, ampliada em 10%, disponível na internet. (GORENDER, 1985.)

9 ALHOS E BUGALHOS

RLN propõe que Jacob Gorender, ao defender a necessidade de que as “relações de produção da economia colonial precisam ser estudadas de dentro para fora”, ou seja, a partir do concreto —meios de produção, relações de produção, modo de produção, formação social—, “*superdimensionou*” o caráter endógeno da sociedade escravista, “perdendo de vista a totalidade”, universalizando a “particularidade”. (GORENDER, 2016: 154) Para RLM, a “estrutura econômica interna teria alcançado tal autonomia”, na visão de Gorender, que gerara um “modo de produção original”, um modo de produção “completamente novo”. O que escandaliza o crítico mal-armado. (RLN, 2011: 61, 63).

Jacob Gorender explica que, no Brasil, nas ilhas do Caribe, etc., o confronto de duas formações sociais diversas, a feudal-mercantilista ibérica, dominante, com a autóctone, dominada, não produzira uma transposição da primeira ou um simples amalgama entre as duas. Mas sim, ao contrário, realidade singular — um modo de produção de características “novas”, “antes desconhecidas na história humana”. Daí a proposta de um “modo de produção historicamente novo”. (GORENDER, 2016: 84-5.) Aquele confronto teria, assim, gerado uma superação —síntese.

RLN confunde o “novo”, proposto por Gorender, com “completamente novo”, proposto por ele. “É falso apresentar o ‘escravismo colonial’ como um modo de produção *completamente* novo” — propõe o sociólogo paraguaio. Ao ler — se leu— o marxista baiano, o crítico saltou a explicação da existência de leis tendenciais “plurimodais”, próprias a mais de um modo de produção, e “monomodais”, específicas a um. (RLN: 2019, 190.) O modo de “produção escravista colonial” tinha grandes identidades com os vigentes nas sociedades greco-romana, já que era “escravista”. Ou seja, produzia com trabalhadores escravizados. Mas possuía, também, diversidades substanciais, ou “leis específicas”, que determinavam ser ele um modo de produção “historicamente novo” — precisamente devido a isso ele era um “modo escravista” “**colonial**”. (GORENDER, 2016: 85.)

10 ESCRAVIDÃO, PATRIARCAL, PEQUENO-MERCANTIL, COLONIAL

No escravismo grego, dominou originalmente a “escravidão patriarcal”, organizada em torno do *oikos*, unidade produtiva de alguns hectares, com nenhum, um, dois ou três cativos, comandada pelo patriarca —*oikeus*. Ela orientava-se em forma dominante para o consumo familiar, sendo a desmilinguida esfera de produção para venda, subordinada. O limite do consumo familiar limitava tendencialmente a exploração do cativo. Essa forma de produção foi também, originalmente, a base da sociedade romana e jamais desapareceu, até a crise da Era Imperial. (GARLAN, 1995.)

Nos dois séculos anteriores e posteriores à nossa era, impôs-se o que defini de “modo de produção escravista pequeno-mercantil”, materializado na *villa* rústica, de algumas poucas dezenas de cativos e de dez a uns duzentos hectares. (MAESTRI, 1986.) Nela, o *pater familias* era proprietário, em geral absenteísta, morando em meio urbano. Na *villa* rústica, a produção de subsistência era dominada pela produção mercantil intensiva, em salto de qualidade em relação ao escravismo patriarcal.

No modo de produção escravista pequeno-mercantil, houve maior *despersonalização* dos trabalhadores, submetidos a um maior ritmo do trabalho, limitado tendencialmente, porém, pela estreiteza relativa do mercado e pelo tipo de produtos dominantes, entre outros fatores. As unidades rurais pequeno-mercantis eram administradas buscando-se o maior

lucro monetário possível, produzindo-se para isso tratados agrônômicos detalhados. (COLUMELLA, 1977; CATONE, 2015.) Esperamos que RLN não defina a *villa* rústica, devido à orientação para o lucro e a racionalidade de sua exploração, como granja capitalista, dirigida por empresário explorando cativos!

No escravismo colonial, dominou a grande produção mercantil, de milhares de hectares e dezenas-centenas de cativos. Ela foi viabilizada pelos avanços da maquinaria e dos meios de transporte e, sobretudo, pelo vasto mercado internacional, desconhecidos na Antiguidade. As condições médias de vida dos escravizados degradaram-se através dos quase dois milênio, exacerbando-se na escravidão colonial. A estreiteza do mercado *mediterrâneo* foi uma das determinações que impossibilitaram a escravidão pequeno-mercantil de alçar-se a grande produção mercantil. Devido a tudo isso, o “escravismo colonial” foi modo de produção “historicamente novo”, sem o ser “totalmente novo”.

O mercado internacional foi fenômeno externo que criou as condições para o surgimento do escravismo colonial: “O escravismo colonial só possibilita(va) um mercado interno estreito (...). (nas colônias.) Mas este problema estava de antemão resolvido, pois sua solução constituía uma das premissas da criação da plantagem colonial. A produção desta última se escoaria no mercado externo já existente e em ampliação, com uma demanda crescente de gêneros tropicais – o mercado da Europa.” (GORENDER, 2016: 202.) O mercado internacional, *totalidade*, foi, assim, pressuposto do escravismo colonial, *singularidade* americana.

11 O CAPITALISMO PERTENCIA AO FUTURO

Jacob Gorender era claro. A “intenção mercantilista”, ou seja, a procura do lucro, não impugnava que a “colonização, no caso, lusitana, ensejasse, no Novo Mundo, formas e modos de produção singulares, com o domínio do escravista colonial, baseado na exploração de trabalhadores escravizados por controladores escravistas dos meios de produção.” (GORENDER, 2016: 202.) Esse mercado mundial, pré-capitalista ou capitalista, criou a demanda que impulsionou a formação-consolidação da produção escravista colonial.

RLN constrói modelo sociológico da colonização despreocupado com a realidade histórica. Em 1415, a conquista de Ceuta foi espécie de marco zero da exploração mercantil lusitana da África, Ásia e Américas. Em 1444, os primeiros cativos da costa ocidental africana foram distribuídos no Algarve. (ZURARA, 1973: 51.) Quando da exploração escravista açucareira na ilha da Madeira e, em 1530, quando essa produção se implantou nas costas brasileiras, a hegemonia capitalista pertencia ainda ao futuro. A revolução burguesa na Inglaterra parte em 1640, precedida apenas pelos Países Baixos. (HILL, 1983.)

RLN realiza *inversão* de acontecimentos históricos ao propor que a “estrutura interna das economias coloniais americanas não pode ser explicada fora” do “processo de expansão capitalista”. Afirma que o mercantilismo e a escravidão colonial nasceram e se subordinaram “sempre em prol da acumulação capitalista”. Boa parte da acumulação mercantil ibérica inicial permaneceu entesourado ou esgotou-se em gastos improdutivos. A captação e alimentação crescentes “da acumulação originária” do capital pelas riquezas extraídas do mundo extra-europeu deram-se no devir histórico. Ao citar Marx, RLN não atenta ao proposto realmente por ele. “Foi a escravidão que valorizou as colônias; foram as colônias que criaram o comércio universal; é o comércio-universal a **pré-condição** da grande indústria.” (RLN, 65. Destacamos) É a “estrutura interna das economias coloniais” que precede a dominância do capitalismo, que não pode ser explicado sem sua pré-história, a acumulação primitiva de *capitais* não produzidos pela *produção capitalista*. Na história, a ordem dos fatores altera, sim, e muito, o *produto*.

12 TELEOLOGIA CAPITALISTA

RLN é forçado a reconhecer que a “forma de produção” predominante no Brasil “foi escravista”. (RLN, 2021: 63.) E pouco informado sobre a escravidão colonial, propõe que teria sido “altamente lucrativa”. (RLN, 2021: 65, 64.) Se assim fosse, teria se mantido até hoje! Apesar do seu reconhecimento (retórico) da predominância da produção escravista no Brasil, questiona Jacob Gorender por afirmar que o “escravismo colonial” ou seus “resquícios” “deveriam ser superados para abrir caminho ao capitalismo industrial”. (RLN, 2021: 64.)

O autor propõe que o marxista baiano atribui à abolição da escravatura “magnitude desmesurada” e que defenda que foi a “única revolução social” até hoje conhecida na história do Brasil. E, *en passant*, repetindo narrativa sem raízes do “identitarismo negro”, agrega que tal visão, o abolicionismo revolucionário, subestimaria os “limites” da Abolição, do “ponto de vista dos anteriormente escravizados”! (RLN, 2021: 66.) Também a história do Brasil não é para iniciantes. A escravidão, como forma de produção, determinou a dinâmica da organização social do Brasil de 1530 a 1888. Não houve região não tocada e conformada por ele, em graus diversos.

Fomos a nação americana que maior número de cativos importou, com o escravismo mais longo, que produziu a maior diversidade de produtos com o trabalho cativo. A luta pela abolição determinou fortemente a vida política do Brasil, de 1850 a 1888. Em 1888, a Revolução Abolicionista assentou o golpe final em produção dominante por mais de três séculos, dando lugar a diversas relações de produção apoiadas no trabalhador livre. (MAESTRI, 2015; CONRAD, 1975.) Se o RNL tivesse lido o capítulo “A Revolução Abolicionista”, no livro *A escravidão reabilitada*, de Jacob Gorender, nos privaria das explicações que se seguem. (GORENDER, 201: 153-208.)

Gorender fala em transição revolucionária, ao igual da que houve entre a escravidão pequeno-mercantil e a produção feudal e, entra esta última e o capitalismo. Em todas essas transições, os produtores diretos — em 1888, os “13 de maio” — alcançaram, mais ou menos, conquistas perseguidas, mesmo inconscientemente, nos limites dos tempos históricos. Apenas no contexto do avanço capitalista das forças produtivas materiais, o socialismo pode iniciar a superação da exploração do homem pelo homem. Não há sentido em exigir emancipação plena do escravizado, em 1888.

RLN não pode reconhecer o sentido revolucionário da superação da escravidão no Brasil, em 1888, pois isso impugnaria o grande objetivo de seu texto sobre “O caráter da colonização europeia (das Américas)”, que constitui sua tentativa de resgate da proposta de Moreno, de 1948, de produção capitalista desde a dita Descoberta, sem ocorrências de superações, de 1500 até hoje, como proposto.

Lamentavelmente, RLN não indica onde Gorender teria *acariciado* “politicamente a ideia de um papel progressista do setor *abolicionista* da burguesia brasileira”; propondo

“suposto papel *revolucionário* de um setor da classe dominante no processo de abolição formal (sic) da escravidão”; afirmando que a “luta dos escravos não foi o fator determinante” em 1888. Afirmações definitivamente levianas.

Caso facção da burguesia industrial-manufatureira tenha apoiado o abolicionismo, ela teria tido, sim, “papel progressista”, ainda que insignificante, considerando-se seu caráter pouco significativo antes de 1888. Tudo aquilo que avançasse o fim da escravidão, então principal contradição social, foi progressista. Como o foram os abolicionistas ingleses, como Thomas Clarkson, que lutaram contra o tráfico e, a seguir, contra a escravidão. (MAESTRI, 2022:130-41.)

RLN propõe que Gorender defende papel revolucionário de setor da classe dominante na “abolição formal (sic) da escravidão”. Bastaria igualmente ter lido o anexo de *O escravismo colonial*, “Os fazendeiros do oeste paulista”, para acompanhar a impugnação peremptória daquele autor das diversas propostas de que a abolição da escravatura tenha nascido de qualquer setor das classes escravistas.

Jacob Gorender jamais se preocupou em abordar ampla e sistematicamente a historiografia da Abolição, pois seu objetivo era produzir uma crítica do modo de produção escravista colonial e não escrever uma história da formação social escravista brasileira. E, mais ainda, o papel dos trabalhadores escravizados no fim da escravidão, abordado por ele em *A escravidão reabilitada*, já fora reconstituído, em forma exaustiva e magnífica, pelo historiador estadunidense Robert Conrad, em *Últimos anos da escravidão no Brasil*, definida por Gorender como trabalho “notável pela riqueza e solidez”. (GORENDER, 2016: 602.)

Robert Conrad detalhou a destruição final da escravidão pelos trabalhadores escravizados, sobretudo paulistas, mas também fluminenses, apoiados pelo abolicionismo radical, quando da grande deserção das fazendas escravistas, em fins de 1887. Proposta que fora esboçada nos anos 1950, por Clóvis Moura, intelectual marxista também próximo a Gorender. É de lamentar que RLN não tenha consultado esses dois trabalhos referenciais. (CONRAD, 1975.)

RLN termina sua aventura por mares historiográficos nunca dantes por ele vistos e navegados, propondo que a leitura de Jacob Gorender seria uma ... “variante do etapismo stalinista”. Menos mal que deus ama os pobres de espírito. Se o Brasil tivesse conhecido

apenas a escravidão, como aceita RLN, sem muita firmeza, e não o modo de produção “escravista colonial”, “historicamente novo”, como defende J Gorender, a formação social brasileira teria se enquadrado perfeitamente na **segunda** das **cinco etapas** stalinistas e deveria proceder evolução em direção ao feudalismo!

Nas onze páginas finais dedicadas à colonização dos Estados Unidos, empreende-se essa discussão sem o apoio ou traços de autores especializados estadunidenses e outros. São citados Marx, Milcíades, Moreno, Vitale e a *Era das revoluções*, de Hobsbawn. É citado também Novack, autor estadunidense trotskista, muito apreciado por Moreno. (.) Possivelmente, RLN estava cansado.

Referências

ABRAMO, Fúlvio & KAREPOVS, Dainis. **Na contracorrente da história**: documentos da Liga Comunista Internacionalista. 1930-1933. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A guerra dos cabanos**: Rio de Janeiro: Conquista 1965. 237 p.

ASSADOURIAN, C.S. et al. **El modo de producción esclavista colonial en América**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.

BROUÉ, Pierre. **Les Procès de Moscou**. Paris: Julliard, 1964. 303 p.

CARDOSO, Ciro Flamariam S. **Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas**. Guiana francesa e Pará (1750-1817). Rio de Janeiro: Graal, 1984.

CATONE, Il Censore. *L'agricoltura*. **A crua di Luca Canalli e Emanuele Leffi**. Testo latino a fronte. Milano: Centauria, 2015.

CENTRE D'ÉTUDES ET DE RECHERCHES MARXISTES. **Sur le "mode de production asiatique"**. préface de Jean Suret-Canale. 2 ed. Paris: Editions sociales, 1974. 395 p.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. **Analyse historique et concept de mode de production dans les sociétés pré-capitalistes**. L'Homme et la société. Modes de production et de consommation, Année 1980, 55-58 p. 105-113.

COLUMELLA, Lucio Giunio Moderato. **L'Arte Dell'Agricoltura e Libro Sugli Alberi**. S. L. – Giulio Einaudi, 1977. 1055 p.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil**. (1885-1888). Rio de Janeiro: Brasília, INL, 1975. 394 p.

COSTA, Emília Viotti *Da*. **Da senzala à colônia**. 2 ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

CRAIPEAU, Yvan. **Les révolutionnaires pendant la seconde guerre mondiale**. Paris : Savelli, 1977. 287 p

DESPALIN, Jacqueline Pluet. **Les trotskistes et la guerra 1940-1944**. Paris: Anthropos, 1980. 249 p.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FRANK, A. G. **Capitalismo e subdesarrollo en la América Latina** (1967).
http://www.archivochile.cl/Ideas_Autores/gunderfa/gunderfa0006.pdf

FRANK, Pierre. **Histoire de l'Internationale Communiste**. 1919-1943. Montreuil: La Brèche, 1979. 2 vol.

FRANK, Pierre. **La Quatrième Internationale**. Contribution à l'histoire du mouvement trotskyste. Paris: François Maspero, 1973. 180 p.

FRANK, Pierre. **Naissance de la IV Internationale (1930-1940)**. Paris : la Brèche, 1978. 448 p.

FREITAS, Décio. **Palmares: a guerra dos escravos**. Porto Alegre: Movimento, 1973. 176 p.

Recebido em: 19 de julho de 2022

Aceito em: 19 de julho de 2022

Publicado online em: 19 de julho de 2022